



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO



ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES Nº TRF2-ETP-2024/00266

01. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

1.1 - O Tribunal Regional Federal da 2ª Região possui complexos prediais nos seguintes endereços:

1.1.1 - Rua Acre, nº 80, Centro – Rio de Janeiro/RJ, que consiste de:

1.1.1.1 - 03 (três) prédios de 22 (vinte e dois) pavimentos habitados e 04 (quatro) áreas de garagem, sendo que 02 (dois) prédios têm instalações internas compostas por divisórias e pisos frios e 1 (um) prédio por divisórias e pisos acarpetados;

1.1.1.2 - 02 (dois) prédios de 10 (dez) pavimentos habitados, com instalações em divisórias e pisos frios, nos quais estão instalados 05 (cinco) auditórios com pisos acarpetados;

1.1.1.3 - 01 (um) prédio de 04 (quatro) pavimentos de habitação ocasional, sendo 02 (dois) pavimentos com pisos frios e 02 (dois) pavimentos ocupados por 01 (um) auditório com piso acarpetado.

1.1.2 - Rua Visconde de Inhaúma - 68, Centro - Rio de Janeiro, que consiste de:

1.1.2.1 - 01 (um) prédio de 03 (três) pavimentos

1.2 - O Centro Cultural Justiça Federal está situado na Avenida Rio Branco, nº 241, Centro - Rio de Janeiro/RJ, possuindo:

1.2.1 – 01 (um) prédio de 04 (quatro) pavimentos e 01 (um) subsolo, sendo o piso do primeiro pavimento constituído de azulejo hidráulico, mais 01 (um) teatro, todo em carpete e os outros 03 (três) pavimentos em madeira corrida.

1.3 - Em todos os locais supracitados circulam grande número de pessoas diariamente, sendo que no CCJF ocorrem eventos nos finais de semana e feriados, com acesso de público externo.

1.4 - A fim de atender ao Decreto nº 35.671, de 09 de junho de 2004, à Resolução SEDEC Nº 279, de 11 de janeiro de 2005, e à Norma Reguladora NR 23, ficam o TRF da 2ª Região e o CCJF obrigados a manter guarnição de combate a incêndio/brigada de incêndio em suas instalações, atendendo à necessidade de provimento de segurança preventiva e ostensiva no combate a incêndio e nos atendimentos de primeiros socorros, pré-hospitalares e de urgência em suas instalações prediais.

1.5 - O contrato 044/2019, processo TRF2-EOF-2019/00030, trata da contratação de empresa credenciada no Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro, para a prestação de serviços especializados em proteção contra incêndio,

Classif. documental

30.01.01.01



TRF2ETP202400266A

com fornecimento de bombeiros civis profissionais, 24 (vinte e quatro) horas por dia, em regime de turnos de trabalho, e treinamento de brigada de incêndio para este E. Tribunal e para o Centro Cultural Justiça Federal.

1.6 - Ocorre que o contrato supramencionado terá seu vencimento em 20 de novembro de 2024, quando serão completados os 60 (sessenta meses) previstos como limite para a prorrogação contratual, conforme a lei vigente quando da assinatura do contrato.

1.7 - Assim, respeitando-se os prazos determinados pela Administração, e para evitar a interrupção na prestação dos serviços, recomenda-se o início das rotinas para uma nova contratação, porém com a vigência de 24 (vinte e quatro) meses.

02. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL:

O objeto da contratação não possui ID no Plano de Contratações Anual 2024, pois se trata da continuidade dos serviços de Brigada de Incêndio profissional, prestados através do contrato TRF2-CON-2019/00044, cujo limite de renovações não permite novo aditamento, sendo que o término de sua vigência é em 20 de novembro de 2024. A contratação está alinhada ao macrodesafio "Fortalecimento da segurança e proteção institucional", tendo como objetivo estratégico o aprimoramento da gestão da Segurança Institucional.

03. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

3.1 - Sustentabilidade:

3.1.1 - Apresentação da licença ambiental do campo de treinamento para a prestação do serviço de treinamento de Brigada Voluntária de Incêndio da Contratante, emitida pelo órgão governamental responsável pela proteção ambiental da região onde estiver localizado, conforme previsão na Nota Técnica NT2-11 do CBMERJ.

3.2 - Padrões de qualidade

3.2.1 - Para executar o serviço de Brigada de Incêndio, objeto desta especificação, a CONTRATADA deverá estar devidamente credenciada junto ao Corpo de Bombeiros, órgãos fiscalizadores e conselhos regionais, segundo determina a resolução SEDEC Nº 31 de 10 de janeiro de 2013.

3.2.2 - A Contratada não poderá transferir a terceiros a prestação do serviço, por qualquer forma, parcial ou integralmente, nem subcontratar a prestação a que está obrigada.

3.2.3 - A contratada deverá dispor de canal de comunicação direto ou eletrônico que permita a geração de número de protocolo ou outra forma de registro individual dos chamados técnicos.

3.2.4 - O serviço consistirá em fornecimento de Bombeiros Civis para combater os princípios de incêndios, efetuar primeiros socorros, resgatar e transportar vítimas, orientar abandono de edificações, atuar em situações de pânico, efetuar treinamento de escape, prestar apoio administrativo na área de



segurança contra incêndio, fornecer treinamento de bombeiros voluntários, atuar no desenvolvimento de política prevencionista de segurança contra incêndio e outras tarefas afetas, com previsão de cobertura para os dias de trabalho que ultrapassem o limite máximo de horas trabalhadas por profissional, conforme estabelecido na Lei 11.901/2009 e na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria, com folguistas, sendo que o treinamento será realizado nos termos do Plano de Escape existente ou por Plano de Escape a ser fornecido pela Contratada, caso seja solicitado pela Contratante.

04. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO:

4.1 - EFETIVO DE PESSOAL E DA SUA DISTRIBUIÇÃO:

4.1.1 - O normativo que trata do dimensionamento de brigadas de incêndio no Estado do Rio de Janeiro é a Resolução SEDEC Nº 279, de 11 de janeiro de 2005.

4.1.2 - O art. 18 do citado normativo informa que, para o dimensionamento do efetivo de Bombeiro Civil (BC) de uma Brigada de Incêndio (BI), por turno de trabalho, deve-se levar em consideração o disposto na tabela-1, anexa à supracitada Resolução.

4.1.3 - Analisando-se a tabela-1 da resolução, verifica-se que ela adotada para a definição do efetivo de BC a natureza da edificação (residencial, comercial, industrial, mista, pública, escolar, hospitalar e laboratorial, garagem, de reunião de público e de usos diversos) combinado com o número de pavimentos, com a altura da edificação e, conforme tratado no art. 20 da Resolução, com a metragem da área construída.

4.1.4 - Portanto, as quatro variantes que integram a definição do efetivo de Bombeiros Cíveis na guarnição de combate a incêndio (natureza da instalação, número de pavimentos, altura da edificação e área construído) no Estado do Rio de Janeiro, não permite a variação do efetivo em função do turno.

4.1.4.1 - As instalações da rua Acre estão enquadradas na tabela 1 da SEDEC 279, linha 04, tendo sido aplicada a majoração de mais um posto, conforme item 1 do art. 20. Assim teremos 03 (três) postos e o acréscimo de mais 01 (um), totalizando 04 (quatro) postos.

4.1.4.2 - As instalações da rua Visconde de Inhaúma estão distantes da sede deste TRF. No local não existe rede de chuveiros automáticos ou sprinklers, para ativação em caso de combate a incêndios. Também não se conta com serviços de primeiros socorros. A fim de se prevenir quaisquer acontecimentos relativos a sinistros e prestar o primeiro socorro em situações onde seja necessário, considerou-se a implantação de 01 (um) posto.

4.1.4.3 - As instalações do prédio do CCJF se enquadram na Lei nº 9.112/2020, de 25 de novembro de 2020, do estado do



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO



Rio de Janeiro, que determina que edifícios públicos ou privados que abriguem acervo de valor histórico para exposição ou arquivo deverão dispor de, pelo menos, 01 (um) Bombeiro Civil. Pela extensão do prédio, o grau de risco das instalações e a presença de público externo, além de servidores e Magistrados, considerou-se a implantação de 02 (dois) postos.

4.1.5 - Ressaltamos que em outros entes federativos os critérios utilizados para a definição do efetivo de BC integrantes da guarnição de combate a incêndio/brigada de incêndio são outros, porém não servindo de parâmetros para a situação do Estado do Rio de Janeiro.

4.1.6 - O efetivo a ser alocado nos complexos prediais será composto de Bombeiros Civis, habilitados na forma estabelecida pela resolução SEDEC nº 31 de 10 de janeiro de 2013, treinados por empresa especializada, portadores de diploma específico, comprovada em CTPS, com equipamentos e uniformes identificados, de segunda a domingo, inclusive feriados, 24 (vinte e quatro) horas por dia, em turnos de trabalho, que cumpram jornada laboral na escala de revezamento de 12x36, em conformidade com o estabelecido na Lei nº 11.901/2009, conforme tabela abaixo, ressalvadas situações particulares de cada local, descritas no termo de referência que norteará a contratação:

ITEM	POSTOS	REGIME	LOCAL
1	4	24 horas	TRF - Rua Acre
2	1	24 horas	TRF - Rua Visconde de Inhaúma
3	2	24 horas	CCJF

4.1.7 - Detalhamento da ocupação dos postos:

CATEGORIA	Nº DE POSTOS	Nº DE BOMBEIROS	LOCAL
Bombeiro Civil Diurno 12h X 36 (segunda-feira a sábado) – 07h00 às 19h00	04	08	TRF - ACRE
Bombeiro Civil Diurno 12h X 36 (segunda-feira a sábado) – 07h00 às 19h00	02	04	CCJF
Bombeiro Civil Diurno 12h X 36 (segunda-feira a sábado) – 07h00 às 19h00	01	02	TRF - VISC DE INHAÚMA
Bombeiro Civil Noturno 12h X 36 (segunda-feira a sábado) – 19h00 às 07h00	04	08	TRF - ACRE
Bombeiro Civil Noturno 12h X 36 (segunda-feira a sábado) – 19h00 às 07h00	02	04	CCJF
Folguistas Diurnos 12h (domingo) – 07h00 às 19h00	04	04	TRF - ACRE
Folguistas Diurnos 12h (domingo) – 07h00 às 19h00	02	02	CCJF
Folguistas Noturnos 12h (domingo)) – 19h00 às 07h00	04	04	TRF - ACRE
Folguistas Noturnos 12h (domingo)) – 19h00 às 07h00	02	02	CCJF



4.1.8 - Com a especificidade dos serviços e a necessidade de acompanhamento técnico das tarefas diárias, além do gerenciamento dos profissionais, inclusive com planejamento das escalas de finais de semana e feriados, faz-se necessária a implantação do posto de Bombeiro Líder, previsto na Lei nº 11.901, de 21 de janeiro de 2009, art. 4º, item II. No caso de sinistros, o bombeiro líder é responsável por coordenar e supervisionar as atividades da equipe de combate a incêndios, assumindo a liderança e a tomada de decisões estratégica, organizando as ações durante o evento para controlar a ocorrência. O bombeiro líder tem habilidades de liderança, comunicação e coordenação, garantindo a eficiência e segurança da equipe de Bombeiros Civis durante as operações.

4.1.8.1 - O Bombeiro Líder atuaria nos Prédios do TRF e CCJF, da seguinte forma:

CATEGORIA	Nº DE POSTOS	Nº DE BOMBEIROS	LOCAL
Bombeiro Líder, 5x2 (segunda-feira a sexta-feira) - 10h00 às 19h00	01	01	TODAS AS EDIFICAÇÕES DO TRF E CCJF

05. LEVANTAMENTO DE MERCADO:

5.1 - Haja vista este E. Tribunal não dispor de profissionais da referida categoria em seu quadro pessoal, a presente contratação objetiva disponibilizar serviços de brigada, inclusive nos finais de semana e feriados, de modo a garantir a segurança das instalações.

5.2 - Consoante o exposto, verifica-se a necessidade de contratação de empresa especializada na prestação de serviços de brigada de incêndio e primeiros socorros.

5.3 - Como existem várias empresas especializadas disponíveis no mercado, ofertando a prestação dos serviços, a contratação se mostra viável.

5.4 - Conforme já exposto no item 1, subitem 1.7, a vigência inicial do contrato deverá ser de 24 (vinte e quatro) meses.

06. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

6.1 – O valor global estimado da contratação é de R\$ R\$ 2.442.862,99 (Dois milhões, quatrocentos e quarenta e dois mil, oitocentos e sessenta e dois reais e noventa e nove centavos), conforme planilha totalizadora TRF2-INC-2024/01749.

07. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

7.1 - Trata o presente estudo da contratação de empresa credenciada no Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro, para a prestação de serviços especializados em proteção contra incêndio, com fornecimento de bombeiros civis



profissionais, 24 (vinte e quatro) horas por dia, em regime de turnos de trabalho, e treinamento de brigada de incêndio para este E. Tribunal e para o Centro Cultural Justiça Federal.

7.2 - O serviço consistirá em fornecimento de Bombeiros Civis para combater os princípios de incêndios, efetuar primeiros socorros, resgatar e transportar vítimas, orientar treinamento de escape e outras tarefas afetas ao Bombeiro Civil, dentro dos limites das edificações da Contratante, com previsão de cobertura para os dias de trabalho que ultrapassem o limite máximo de horas trabalhadas por profissional, conforme estabelecido na Lei 11.901/2009 e na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria, com folguistas, sendo que o treinamento será realizado nos termos do Plano de Escape existente ou por Plano de Escape a ser fornecido pela Contratada, caso seja solicitado pela Contratante.

7.3 - A Contratada deverá disponibilizar, nas instalações onde houver postos de trabalho, EPIs para Bombeiros Civis, equipamentos, ferramentas e materiais necessários para a prestação dos serviços.

08. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO:

8.1 - A solução encontrada pela Administração do TRF2 não é passível de parcelamento de objeto, tendo em vista tratar-se de prestação serviço continuado.

09. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS:

9.1 - Os serviços a serem executados pela Brigada de Incêndio, diariamente, promoverão ações de planejamento e acompanhamento, de prevenção e de emergência, em casos de sinistros.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO, PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO:

10.1 - Não há providências prévias a serem realizadas.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES:

11.1 - Não existem contratações correlatas e/ou interdependentes.

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS:

12.1 - Não há possíveis impactos ambientais provocados pela prestação dos serviços.

13. PARECER CONCLUSIVO SOBRE A VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO:

13.1 - Declaro que a contratação é viável, tendo em vista a importância dos serviços na manutenção da segurança predial através do trabalho preventivo e da atuação em sinistros e nos primeiros socorros em emergências médicas.

Rio de Janeiro, 21 de agosto de 2024.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO



- assinado eletronicamente -

FRANCISCO JOSÉ DA SILVA MORAES
Vice-Diretor Executivo de Operações e Articulação Institucional Adjunto
Gabinete de Segurança Institucional-TRF2

